Universidades sob ataque¹

Keith Thomas²

Estamos todos profundamente angustiados com relação ao futuro das universidades britânicas³. A lista de preocupações é bastante longa: a interrupção da educação universitária livre; a retirada de investimento público direto para o ensino de humanidades e ciências sociais; a sujeição das universidades a um regime invasivo de controle governamental e de avaliação inquisitorial; as tentativas grosseiras de medir e de aumentar a produção acadêmica; a exigência de que toda pesquisa acadêmica tenha um “impacto” econômico; a transformação da gestão autônoma da universidade por sua comunidade de estudiosos num modelo de gestão empresarial (comandada por uma classe de executivos altamente remunerados que supervisionam os professores); a ampliação do quadro de professores iniciantes e assistentes de pesquisa mal pagos, eventualmente temporários e exercendo suas atividades em tempo parcial, gerando uma relação professor-aluno bem pior; a noção de que as universidades, ao invés de colaborarem em sua tarefa comum, devem competir umas com as outras, e também com prestadores privados, para vender seus serviços no mercado, onde os estudantes são vistos não mais como parceiros de um empreendimento conjunto de aprendizagem e compreensão, mas como “consumidores” que buscam as ofertas mais baratas e, ao mesmo tempo, maiores perspectivas de ganhos no mercado; a indiscriminada aplicação do rótulo de “universidade” a instituições cuja tarefa principal é fornecer treinamento profissional e cujo corpo de professores não realiza pesquisas; a rejeição da ideia de que a educação superior pode ter um valor que não é monetário, ou que ciência, bolsas de estudos e investigação intelectual são importantes por razões não ligadas ao crescimento econômico.

Que contraste com a ideia medieval em que o conhecimento era visto como um presente de Deus e não era para ser vendido por dinheiro, mas que devia circular livremente. Ou com o conceito germânico de universidade do século XIX, devotado ao ensino superior, ou com a tradição na Inglaterra com a qual alguns graduados, que, em vez de correr para *Canary Wharf*, queriam colocar o que aprenderam a serviço da sociedade, ensinando na escola secundária ou

¹ Tradução de trabalho feita por Jaime Oliva e Amanda Osti da Silva.

² Historiador de obra vasta com publicações no Brasil. Destacam-se o excelente *O Homem e o mundo Natural* e o não menos extraordinário *Religião e o declínio da magia*, ambos com o selo da Companhia das Letras.

³ N.T. Entendemos que não há grandes diferenças em relação aos rumos que as universidades brasileiras estão tomando, daí a importância, para nós, desse texto.

trabalhando em instituições de caridade, e em organizações artísticas, e em causas de conservação da natureza, e em agências de ajuda externa, ou em inúmeras outras boas ações, todas nitidamente não compensatórias.

Nosso “rol de descontentamentos” me fez perceber o quanto fui afortunado na vida por ter entrado no mundo acadêmico em meados dos anos 1950, e ter experimentado por várias décadas o que agora parece ter sido uma idade de ouro da liberdade acadêmica, “quando a percepção estava fresca e clara, / e a vida correu alegremente como o Tâmisia reluzente / Antes desta estranha doença da vida moderna / Com sua pressa doente, seus objetivos divididos”⁴. Era uma época em que os alunos eram financiados publicamente, e a concessão do Tesouro para as universidades era distribuída pelo Comitê de Subsídios das Universidades, largamente composta por acadêmicos, que trabalhava como braço do governo; eles entendiam o que as universidades precisavam e governavam com um controle adequado, distribuindo concessões em bloco e requerendo somente que o dinheiro fosse gasto em instalações acadêmicas, ensino e pesquisa. Foi um tempo no qual as “novas” universidades dos anos 1960 elaboraram novos currículos inspirados na excitação intelectual que existia no país e que elas próprias geraram.

Claro, havia menos universidades naqueles dias, e somente uma minoria da juventude tinha acesso a elas. É uma questão para regozijo que a educação superior seja hoje potencialmente disponível para quase metade dos jovens. Embora haja tantas universidades, reais ou assim chamadas, há menos recursos para sustentá-las e, o uso desses recursos é mais intensamente policiado. Como resultado, o ambiente no qual os estudantes e acadêmicos trabalham atualmente deteriorou-se de forma brusca. Quando eu penso na liberdade que eu desfrutei como um jovem professor em Oxford, com ninguém me dizendo como eu deveria ensinar, como eu deveria pesquisar ou como eu deveria adaptar minhas atividades para maximizar o desempenho do corpo docente no RAE, e quando contrasto tudo isso com a opressiva administração que tem crescido em resposta às exigências governamentais, não fico surpreso que muitos dos alunos mais capazes não tenham optado pela carreira acadêmica como em outros tempos teriam feito.

Confrontados com os filisteísmos do Relatório Browne⁵ e do *White Paper*⁶, o que devemos fazer? Em quais circunstâncias podemos realizar uma virada? Não podemos contar com o governo atual [2011], pois esse já está comprometido com a noção de um sistema

⁴ Versos do poema *The Scholar-Gipsy* (1853), de Matthew Arnold

⁵ Ver: <http://bit.ly/2bPlwCQ>.

⁶ Ver: <http://bit.ly/1V5TnKr>.

universitário como mercado, impulsionado e contaminado apenas por considerações econômicas. Muito menos com o *Labour Party*, que, quando no governo, introduziu as mensalidades em 1998, triplicou-as em 2004 e declarou, num documento de 2009, que as universidades deveriam produzir “uma contribuição maior para a recuperação econômica e para o crescimento futuro”, e a oposição tem estado quase totalmente em silêncio em relação a essa questão. Não é o caso do HEFCE⁷, que, em seu novo papel como “regulador de chumbo”, através de seu executivo-chefe, congratulou-se, entusiasmado, com o *White Paper*, o que não é surpresa nenhuma. Também não é o caso dos *conselhos de investigação*, cujo papel como agências do governo tornou-se cada vez mais evidente. Nem também é o caso dos tribunais, pois é certamente improvável que eles defiram o recente pedido de alguns alunos para considerar o aumento das taxas anuais uma violação aos direitos humanos⁸. Nem mesmo no âmbito da profissão acadêmica como um todo, pois somente algumas universidades permitem que seus membros tenham o direito de expressar seu dissenso publicamente – ao contrário, em muitas instituições, os acadêmicos não ousam sequer reclamar com o chefe do departamento por medo de futuras perseguições. Não podemos também contar com os reitores, pois, com algumas honrosas exceções, eles têm sido notavelmente submissos diante das políticas governamentais, cada vez mais desajeitadas, e estão compreensivelmente mais preocupados em ver o que suas instituições podem ganhar com esse novo regime do que desafiá-lo diretamente.

Diante de tudo isso, deixe-me sugerir algumas alternativas a seguir. Primeiro, as mensalidades. As novas disposições para definir as mensalidades dos estudantes foram apressadas e caoticamente apresentadas, com amplo retrocesso, com ~~muitas mudanças de espírito~~ e com uma poupança financeira pouco transparente para, no final, o Estado ainda ter que colocar um valor que só irá recuperar depois de trinta anos. Porém, numa época de educação superior de massa e sem qualquer redução de outras formas de despesas públicas e uma baixa disposição de elevar o nível dos impostos diretos, as mensalidades vieram, sem dúvida, para ficar. O grande fracasso do governo tem sido a sua incapacidade de apresentar o seu programa para que as mensalidades de graduação sejam pagas apenas por aqueles que ganham acima de certo nível e apenas por um período fixo de tempo. Em vez disso, os novos potenciais alunos têm a impressão de que eles vão ser esmagados por um fardo de uma dívida intolerável ao longo da vida. Outro dia, ouvi uma mãe no rádio lamentando que se seu filho for para a universidade, ele jamais poderá conseguir um

⁷ Higher Education Funding Council for England. Ver: <http://bit.ly/1cRFzbf>.

⁸ Ver <http://bit.ly/2bhFmFE>

emprego [enquanto estuda], e, portanto, será incapaz de pagar as dívidas colossais que vão surgir. As universidades devem fazer todo o possível para ajudar os estudantes pobres com isenção de taxas, bolsas de estudo e bolsas de subsistência, mas, acima de tudo, devem tentar dissipar a névoa de mal-entendidos que o governo tem criado.

Em segundo lugar, temos de pressionar por mudanças no *Research Excellence Framework*⁹ (REF), antigo *Research Assessment Exercise* (RAE). Na minha experiência, esse dispositivo de controle, embora inicialmente representasse um estímulo, tem surtido efeitos terríveis. Tem gerado uma grande quantidade de publicações prematuras e uma quantidade ainda maior de publicações desnecessárias por aqueles que não têm nada de novo para dizer naquele momento particular, mas são forçados a “pôr os ovos” antes da hora. Nas ciências sociais, têm-se desencorajado a escrita de livros; em contrapartida, há muita pressão para a produção de artigos especializados, cuja revisão feita pelos pares como árbitros finais, muito provavelmente, tem consagrado ortodoxias e agido como um freio dos pensamentos mais ousados e na inovação intelectual. Em todos os lugares, isso levou a uma mudança indesejada nas prioridades acadêmicas; os professores mais jovens foram incentivados a fazer todo o possível para garantir bolsas de estudo externas que lhes permitam escapar das atividades docentes, que agora consideram como uma atividade imensamente inferior, e induziu reitores a emular clubes de futebol, “comprando estrelas” de fora em termos e em condições especiais.

A RAE (atual REF) tem sido também absurdamente rígida em suas exigências. Alguns anos atrás, um colega em outra universidade publicou um livro enorme, com base em uma vasta pesquisa em arquivos e meticulosamente documentada, muito bem escrito e oferecendo uma nova e formidável reinterpretação de um grande evento histórico. Eu comentei com outro amigo dessa universidade que esse grande trabalho certamente o ajudaria [o autor do livro] nas suas perspectivas na RAE. “Oh, não”, disse ele. “Nós não podemos entrar na RAE. Ele precisa inscrever quatro itens e o livro é tudo que ele tem”. Numa recente reunião do conselho editorial de um projeto histórico de múltiplos volumes, surgiu a questão sobre o que deve ser feito se alguns dos capítulos apresentados forem insatisfatórios. A resposta óbvia era retardar a publicação até que os capítulos tivessem sido devidamente revistos. Foi avisado imediatamente, contudo, que isso seria muito ruim para os outros colaboradores, que estavam contando com seus trabalhos publicados a tempo de serem incluídos no REF. Então, se o pior acontecer, vamos lidar com uma escolha intolerável: devemos cumprir os prazos do REF a todo o custo? Ou a nossa obrigação primária é garantir a qualidade do trabalho concluído? Deve haver centenas de estudiosos que estão atualmente enfrentando o mesmo dilema.

⁹ Ver <http://www.ref.ac.uk/>

Eu contrasto isso com minha própria experiência nos velhos tempos – tempos vistos como “degenerados e desregrados”. O *college* onde me tornei tutor em 1957 possuía somente 19 companheiros acadêmicos. Destes, dois não faziam pesquisas e suas práticas pedagógicas eram frágeis ao extremo. Esse era o preço que se pagava por nossa liberdade e, do meu ponto de vista, era um preço que valia a pena pagar. Os outros companheiros eram excepcionalmente ativos, impulsionados não por subornos ou ameaças externas, mas por sua própria ambição intelectual e amor por seu objeto de estudo. No devido tempo, três d e l e s se transformaram e m companheiros na *Royal Society* da *British Academy*. Eles trabalharam em seu próprio ritmo e alguns deles teriam se saído mal na RAE, pois não estavam conformados com prazos e lançavam seu trabalho somente quando ele estava pronto. Eu me tornei tutor com 24 anos de idade, mas não publiquei livros até que eu tivesse 38 anos. Atualmente, eu teria sido compelido a largar meu principal e maior projeto para me concentrar numa monografia sem ambição, ou, então, a enfrentar o ostracismo e, quem sabe, uma eventual expulsão.

Gostaria de ver a completa abolição da REF, mas uma vez que ninguém foi capaz de pensar em um melhor método de alocação seletiva de fundos de pesquisa para universidades, isso provavelmente veio aqui para ficar. No entanto, devemos ao menos primar por um intervalo maior entre cada rodada de avaliação, digamos, dez anos em vez de seis, uma ênfase muito maior na qualidade das publicações em detrimento da quantidade, e em detrimento do “impacto” que em vez de ser um requisito essencial devia ser apenas um extra opcional. Uma vez que o REF é um esquema que é viável apenas se os acadêmicos cooperarem com ele, as universidades poderiam facilmente conseguir alguma reforma aqui, mas somente se eles mantiverem uma frente unida. Infelizmente, as instituições que são atualmente as mais bem-sucedidas na competição não têm incentivos para mudar o sistema, não obstante suas indesejáveis consequências intelectuais. Nós também devemos obter o apoio da Câmara dos Lordes, já que em ocasiões passadas obteve-se nessa instância sucesso no apoio aos universitários, com destaque para 1988, quando se alterou a *Education Reform Bill*, de modo a garantir a liberdade dos acadêmicos para expressar opiniões impopulares ou controversas sem que eles corressem o perigo de perder o emprego ou outras prerrogativas de seus cargos.

Minha sugestão final, e de longe a mais importante, é que as universidades deveriam, coletiva e publicamente, refutar a filosofia repugnante e subjacente tanto ao Relatório Browne quanto ao *White Paper*, reafirmando o que eles representam e o que acreditam ser a sua relação correta para com os alunos, de um lado, e para com o Governo, do outro. O propósito original das universidades na Idade Média era treinar os alunos para o serviço da Igreja e do Estado, mas o currículo de graduação era embasado nas artes liberais (o que,

naturalmente, incluía ciência e matemática), e somente após a graduação, os estudantes podiam ingressar em cursos profissionalizantes de Direito, Medicina e Teologia. Hoje, as universidades têm como objetivo capacitar os alunos a desenvolverem as suas capacidades à plenitude; no processo, eles adquirem a flexibilidade intelectual necessária para atender às exigências de uma economia em rápida mudança. A universidade, contudo, não deve proporcionar formação profissional no sentido estrito de uma *doutrinação acrítica* com relação às regras e técnicas de um determinado ramo econômico, deve fazer o contrário. As instituições que fazem isso são uma parte indispensável do sistema de ensino superior. Contudo, se seus cursos forem profissionalizantes e seu corpo docente não se envolver com pesquisa, isso não permitirá chamá-los de “universidades”: dessa forma, eles acabam sendo considerados como versões inferiores, de um tipo diferente, de ensino superior. Precisamos de um sistema diversificado de ensino superior, mas apenas alguns de seus componentes devem ser universidades, e muita confusão é criada pela aplicação indiscriminada desse nome.

Estudos avançados e pesquisa são atributos essenciais de uma universidade e algumas dessas pesquisas terão aplicações sociais e econômicas vitais. Todavia, isso não é o seu objetivo principal. O objetivo principal é o de melhorar o nosso conhecimento e compreensão tanto do mundo físico quanto da natureza humana e de todas as formas de atividade humana no presente e no passado. Durante séculos, as universidades têm existido para transmitir e reinterpretar a herança cultural e intelectual e para fornecer um espaço onde o pensamento especulativo pode ser buscado livremente sem levar em conta seu valor financeiro. Em uma sociedade livre e democrática, é essencial que esse espaço seja preservado. E esse espaço parece que não vai existir mais, a menos que o destino de nossas universidades se torne uma questão política proeminente. Precisamos de constituintes para atormentar seus deputados e eleitores para que esses levem em conta as suas observações críticas percebidas nas pesquisas. Isso será uma tarefa árdua, mas acho que o público britânico pode se revelar uma audiência mais receptiva para a nossa mensagem do que às vezes se supõe. Circulando, como faço nesses dias, entre os aposentados de certa idade, fico impressionado pela forma como muitos deles, embora não possuam formação universitária, estão fortemente comprometidos com os valores da educação superior. Eles apoiam as instituições culturais do país, quer sejam museus e galerias, concertos de música clássica ou a *National Trust*¹⁰. Leem livros e, ao contrário de alguns alunos, eles parecem ter prazer com idas a palestras. Devemos mobilizar o seu apoio, e o de outros como eles. O que precisamos fazer agora é esclarecer os nossos objetivos e, em seguida, formar um grupo de pressão, talvez um Conselho de Defesa – não da

¹⁰ Ver <https://www.nationaltrust.org.uk/>

Inglaterra rural, mas das universidades britânicas. Devemos conseguir ajuda de benfeitores iluminados, contratar uma agência de relações públicas e fazer de nosso caso, um caso para todo o país.

Keith Thomas palestrou em "Universidades sob ataque", uma conferência patrocinada pela "London Review", "New York Review" e FrittOrd, realizada em 26 de Novembro de 2011, em King's College, London.